

Construção conceitual de extensão na Universidade Católica de Brasília – UCB

JORGE HAMILTON SAMPAIO¹

LUIZ SÍVERES²

RESUMO

A extensão universitária na Universidade Católica de Brasília faz parte integrante do seu projeto educativo, científico e social. No seu percurso histórico, várias aproximações conceituais e operacionais foram sendo implementadas e chegou-se a um grau significativo de maturidade com a elaboração e aprovação das *Diretrizes de Extensão*. Esse documento é resultado dos princípios afirmados pela instituição e pelos projetos assumidos nesse período, destacando-se o processo de ensino e aprendizagem como um elemento inerente aos projetos de extensão, valorizando-se o conhecimento como uma condição essencial da trajetória acadêmica e potencializando-se uma inserção crítica e criativa na sociedade, por meio do compromisso social. Essa história está sendo construída com o objetivo de caracterizar a extensão como um processo educativo, como uma ação acadêmica e como um projeto sócio-comunitário.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão universitária. Processos de aprendizagem. Diretrizes de extensão.

ABSTRACT

University extension, at the Catholic University of Brasilia, is part of its educational, scientific and social project. In its history many conceptual and operational approaches were implemented and came to a significant degree of maturity with the development and the adoption of the Guidelines for Extension. This document is the result of the principles affirmed by the institution and the projects undertaken during this period, highlighting the process of teaching and learning as an inherent element of the extension projects, valuing knowledge as a prerequisite for academic life and encouraging critical and creative integration in society through social commitment. This story is being built with the aim of characterizing the extension as an educational process, as an academic action and as a social community project.

KEYWORDS: University extension. Learning processes. Extension guidelines.

1 Jorge Hamilton Sampaio é diretor de Programas Comunitários e professor nos cursos de Filosofia, Medicina, Psicologia e Centro de Reflexões sobre Ética e Antropologia da Religião – CREAM – na Universidade Católica de Brasília, DF. Tem formação em Filosofia e Psicanálise; Mestrado e Doutorado em Ciências da Religião, com área de concentração em História.

2 Luiz Síveres é professor no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, DF. Exerceu o cargo de Pró-Reitor de Extensão, na mesma Universidade, na gestão 2007-2010. Tem Doutorado em Desenvolvimento Sustentável e Mestrado em Educação.

TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS DE EXTENSÃO NA UCB

A Universidade Católica de Brasília – UCB – tem sua origem no ano de 1974 com a criação da *Faculdade Católica de Ciências Humanas – FCCH*. Na sequência, em 1981, ampliou sua abrangência com a criação das *Faculdades Integradas da Católica de Brasília – FICB*. Foi em 23 de março de 1995 que, após longo e consistente processo de reestruturação, instalou-se como Universidade.

Desde suas origens e seguindo as fases mencionadas, o tema da extensão esteve presente em seu projeto pedagógico e institucional, com estruturas de gestão que acompanharam sua elaboração teórica e suas práticas. Até a criação da Universidade, em 1995, tais conceitos e práticas davam ênfase ao cuidado com a vida acadêmica diária, com atividades que giravam em torno da assistência religiosa, do zelo pela vida comunitária e da realização do cerimonial. A partir de 1995, junto com a criação da Universidade, foi instituída a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários – PRACE, à qual coube a tarefa de ampliar o conceito de práticas de extensão na UCB, introduzindo o cuidado com a prestação de serviços, com a educação continuada, com a criação de programas e projetos de extensão e com a internacionalização. Nesse tempo, inicia-se a criação do conceito de *extensionalidade*, que será o norte que guiará as futuras elaborações conceituais e as práticas dela decorrentes na caminhada institucional. Tais conceitos e práticas estavam fundamentados na visão de que é tarefa da Universidade dar sua contribuição técnica e científica para a sociedade, visando a seu desenvolvimento de modo justo e sustentável. À extensão, nesse contexto, caberia a tarefa de ser promotora de uma dinâmica integradora entre a academia e a sociedade, que em alguns momentos se mostrou exitosa, mas em outros, muito contraditória. Porém, no ano de 1999, a PRACE se transformou em Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, à qual coube dar continuidade ao processo de construção conceitual da extensão na UCB, respondendo a demandas do contexto institucional interno e externo.

Fruto de análises e de reflexões sobre suas práticas e sobre os conceitos que a fundamentavam, a UCB, em 2005, sistematizou, deu consistência teórica e cunhou

o conceito de *extensionalidade*, compreendido como os valores éticos e políticos buscados pela Instituição que devem ser a referência para todas as suas atividades acadêmicas e administrativas. Tal conceito, em 2007, foi incorporado oficialmente como um dos eixos estruturantes da UCB, junto com a *indissociabilidade*, a *pastoralidade* e a *sustentabilidade*. Com esse passo – a criação do conceito de *extensionalidade* e sua inserção como eixo estruturante da Universidade – os referenciais teóricos e as práticas sobre extensão

“**Nesse tempo, inicia-se a criação do conceito de extensionalidade, que será o norte que guiará as futuras elaborações conceituais e as práticas dela decorrentes na caminhada institucional. Tais conceitos e práticas estavam fundamentados na visão de que é tarefa da Universidade dar sua contribuição técnica e científica para a sociedade, visando a seu desenvolvimento de modo justo e sustentável.**”

ganham o importante *status* de partícipes do projeto institucional, *pari passu* com o ensino e a pesquisa, uma vez que são subsídios relevantes para a motivação de todos os atores universitários a inserirem em suas atividades cotidianas o exercício extensionista como metodologia e pedagogia para o desenvolvimento da extensão.

Toda essa caminhada levou à constatação da oportunidade para a elaboração de um documento

que pudesse, por um lado, capturar e sistematizar o sentido que foi realizado na UCB em termos de conceitos, práticas e processos de gestão e, por outro, avançar em novos referenciais que estivessem em diálogo com as novas concepções, pedagogias, contextualização e marco legal da extensão no país. Tal demanda desencadeou iniciativas que resultaram na elaboração e publicação das *Diretrizes de Extensão* da UCB, documento aprovado pelo CONSEPE em 19 de junho de 2009.

DIRETRIZES DE EXTENSÃO: ESTRUTURA DO DOCUMENTO E PROCESSO DE ELABORAÇÃO

A elaboração desse documento foi iniciada com a decisão do colegiado da Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, no início da gestão 2007-2010, visando recolher os avanços e desafios perseguidos até então, qualificar os conceitos e as práticas com base nas experiências dos diversos programas e projetos, na formulação das políticas de extensão propostas pelo MEC, na organização e contribuição dos Fóruns de Extensão, com destaque para o *Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias – ForExt*. Como seu fundamento, esteve presente a tentativa de ser resposta acadêmica para o processo de aprendizagem e para a proposta de assumir o compromisso social da Universidade.

É importante destacar que as *Diretrizes de Extensão* foram construídas tendo como base uma das premissas fundamentais da extensão universitária, ou seja, as concepções, as práticas, os processos de gestão e de avaliação devem ser, necessariamente, coletivos, dialógicos e colegiados. Seu início se deu com a criação de um Grupo de Trabalho – GT, formado por professores, estudantes e funcionários, representando as áreas do ensino, da pesquisa e da extensão. Com base em um roteiro para a construção do documento, diversos seminários, oficinas e debates foram realizados, com os distintos sujeitos acadêmicos, visando levantar as dificuldades e as oportunidades para a extensão universitária.

Com base nessas sugestões, começou-se a elaborar um texto que se tornou, na sequência, um pretexto para as reuniões de professores, para encontros

de estudantes e para articulações de funcionários. Esse movimento demorou aproximadamente um ano. Após esse período, iniciou-se um processo de apreciações e sugestões dos diversos grupos acadêmicos. O GT dedicou-se a elaborar uma proposta, que foi submetida, novamente, a diversos interlocutores acadêmicos e comunitários.

“ **As Diretrizes de Extensão foram construídas tendo como base uma das premissas fundamentais da extensão universitária, ou seja, as concepções, as práticas, os processos de gestão e de avaliação devem ser, necessariamente, coletivos, dialógicos e colegiados.** ”

Todo esse processo contou com uma participação efetiva da comunidade acadêmica, mas revelou algumas resistências, principalmente ao se tratar do comprometimento que tal construção exigia, bem como a incapacidade em formular propostas inovadoras para a extensão universitária. Assim, com a contribuição de alguns segmentos e com o questionamento de outros, o texto foi estruturado em quatro pontos.

I. *Marco Situacional*: acolhe a realidade social e educacional, que se torna, por sua vez, o contexto para nela perceber a história da extensão no Brasil, bem como na própria Instituição. Fazem parte deste capítulo os conteúdos: 1) Tendências sociais e educacionais; 2) Concepções de extensão universitária no Brasil; 3) Referências nacionais sobre extensão; 4) A extensão na história da UCB.

II. *Marco Teórico*: acolhe os princípios estruturantes da UCB: *Pastoralidade, Indissociabilidade,*

Extensionalidade e Sustentabilidade. Os conteúdos deste capítulo são: 1) Princípios estruturantes; 2) Extensionalidade no ensino, pesquisa e extensão; 3) Extensionalidade e Educação a Distância – EAD; 4) Extensão na UCB.

III. *Marco Pedagógico:* acolhe o contexto social e acadêmico e, no referencial teórico-prático, torna-se o elemento que traduz a energia que deve ser a extensão por meio do conhecimento, aprendizagem e compromisso social. São conteúdos deste capítulo: 1) Extensão e conhecimento; 2) Extensão e aprendizagem; 3) Extensão e compromisso social.

IV. *Marco Operacional:* convida todas as unidades de aprendizagem a acolher, como *locus* privilegiado para vivenciar a extensão universitária, conceitos e práticas de *extensionalidade*. Seus conteúdos são: 1) A extensão feita em cada unidade de aprendizagem; 2) Extensão nos cursos e programas; 3) Atividades de extensão específicas; 4) A Pró-reitora de Extensão – PROEX.

O conteúdo do documento revela, de modo especial, elementos dinamizadores de uma pronúncia da UCB sobre os conceitos, práticas e processos de gestão da extensão universitária, uma pronúncia que “[...] ecoar uma proposta de extensionalidade, considerada como princípio institucional; um processo de extensão, compreendido como uma dinâmica indissociável; e uma proposta de gestão, a ser implementada pela Pró-reitora de Extensão” (UCB, 2009, p. 5).

Tais elementos foram considerados apropriados para o momento atual, mas podem não ser para os próximos períodos. Mas a proposição deles foi, no entanto, um esforço para perceber o movimento institucional e a dinâmica das outras instituições que, certamente, outras diretrizes para potencializar a extensão universitária. Para esse momento e para essas circunstâncias, foram propostos os elementos anunciados e que fazem parte dos conceitos e da experiência da Universidade Católica de Brasília.

PREMISSAS INTRÍNSECAS À ELABORAÇÃO DOS CONCEITOS

Os conceitos chaves presentes nas *Diretrizes de Extensão* estão registrados nos quatro itens que compõem o documento. Fazem parte desses conceitos o cuidado com a contextualização no mundo da vida; o diálogo com os conceitos sobre educação e extensão elaborados no cenário nacional e no marco legal do país; e o resgate da história e das práticas da extensão

“ **Todo esse processo contou com uma participação efetiva da comunidade acadêmica, mas revelou algumas resistências.** ”

na UCB. A premissa fundamental que determinou este método é intrínseca ao próprio conceito de extensão, sempre exigente de processos dialógicos e coletivos de elaboração e de gestão.

Nesse sentido, no *Marco Situacional*, a leitura que se faz das *tendências sociais e educacionais* do Brasil e do mundo revela um posicionamento sobre o lugar e o papel da extensão. Assim, as opções de leitura da realidade presentes no documento revelam que o conceito de extensão da UCB, em sua gênese, busca cumprir seu compromisso social por meio de análises acadêmicas, técnicas e científicas, visando intervenções concretas e consistentes para a promoção da sustentabilidade e justiça social nas diversas relações, a saber: a) econômicas de pessoas e instituições; b) políticas nos níveis públicos e privados; c) com o mercado; d) com a tecno-ciência; e) com os movimentos sociais; f) com as diversidades das culturas; g) entre interesses individuais e de grupos; h) com questões relativas à corporeidade; i) com pessoas com necessidades especiais; j) com acesso ao direito de igualdade nas oportunidades e; k) com questões ambientais. Outras tantas tendências podem ser incluídas nessa lista. O que importa, especialmente, é que os temas levantados são demandas reais da

sociedade atual e o compromisso de a Universidade dar sua contribuição para a solução dos problemas humanos, éticos e sociais já desvela, de início, o conceito de extensão que se deseja desenvolver.

A mesma premissa – a de que a opção pelo método já determina de modo intrínseco o conceito – pode ser percebida nas *Diretrizes de Extensão* quando, ainda no *Marco Situacional*, é feito um resgate histórico das *concepções de extensão universitária no Brasil* e quando se discorre sobre os *referenciais nacionais sobre extensão*. Assim, ao analisar os modelos de extensão

“ O que importa, especialmente, é que os temas levantados são demandas reais da sociedade atual e o compromisso de a Universidade dar sua contribuição para a solução dos problemas humanos, éticos e sociais já desvela, de início, o conceito de extensão que se deseja desenvolver. ”

que foram criados na história da universidade no Brasil e ao se situar no marco legal atual, a UCB se posiciona como herdeira dessa história e partícipe do sistema de educação superior do país. Os modelos de extensão criados (difusão e produção de cultura; cursos de socialização de conhecimentos; desenvolvimento de comunidades empobrecidas; ações assistenciais; assessorias e consultorias; inserção acadêmica como princípio e função da indissociabilidade; processos de aprendizagem) e os processos de avaliação estabelecidos pelo SINAES (ENADE, Cursos e Instituição) também estão presentes no conceito e nas práticas de extensão da UCB. O diferencial, contudo, é que não há uma adesão mecânica dos modelos e do

marco legal, mas sim um processo de ressignificação à luz do projeto institucional que, em sua missão e visão, prima por considerá-los a partir dos valores éticos e políticos que se traduzem em ações que promovam a sustentabilidade e a justiça social. O método de adesão aos modelos de extensão e ao marco legal do SINAES, dando-lhes um novo sentido, desvela também o conceito de extensão que se tem, bem como os desafios e as potencialidades que tal opção proporciona.

Corroborando para o diálogo com as *tendências sociais e educacionais* e com as *concepções de extensão universitária no Brasil* e os *referenciais nacionais sobre extensão*, o método de construção do conceito elaborado nas *Diretrizes de Extensão* considera com cuidado a *extensão na história da UCB*. Isso porque, fundamentalmente, compreende-se que a extensão é tanto *princípio* como *processo*. Nesse sentido, a história da instituição tem revelado, desde seu início, que a extensão, como *princípio*, é parte constitutiva do seu projeto institucional e, como *processo*, está aberta aos novos saberes e às novas práticas originadas das ciências, das técnicas, das pedagogias de ensino-aprendizado e da sociedade. Com isso, o método de considerar com zelo a história da própria instituição, como princípio e como processo, também releva o conceito de extensão e a proposta para sua implementação.

Tais premissas, portanto, pronunciadas no *Marco Situacional* das *Diretrizes de Extensão*, trazem em si mesmas as bases para a construção do conceito de extensão realizado pela UCB. Tal conceito não tem uma afirmação unívoca da comunidade acadêmica e a sua implementação não é um processo confortável para todos. Contudo, como premissas, embora sejam fundamentais e indispensáveis, precisam de um marco teórico que possibilite a elaboração sistematizada de conceitos visando serem incorporados no processo educativo a que a instituição se propõe.

MARCO TEÓRICO, CONCEITO DE EXTENSÃO E PROCESSOS DE APRENDIZAGEM

O marco teórico no qual a UCB se fundamenta para a elaboração de seu conceito de extensão encontra suas bases nos princípios constitucionais, no

marco legal que regula o ensino superior do país, nas premissas apontadas no item anterior deste artigo e, de modo especial, nos seus documentos institucionais, que afirmam sua identidade em diálogo com a sociedade. Entre estes, destacam-se os *princípios estruturantes* que sustentam o sentido de sua ação educativa em nível superior.

Nesse sentido, a extensão é constitutiva da *indissociabilidade*, junto com o ensino e com a pesquisa, processo que “direciona e confere unidade intrínseca à criação, sistematização e acessibilidade do conhecimento” (UCB, 2009, p. 18). Dado que a *indissociabilidade* é realização dos princípios do ensino, da pesquisa e da extensão pelo *mesmo ator na mesma atividade*, a extensão contribui, de modo especial, estimulando os sujeitos a darem relevância ética e política para as atividades de ensino e de aprendizagem e de pesquisa (SAMPAIO, 2008). Decorrente desse princípio, a extensão tem um papel relevante na busca da *sustentabilidade* humana, social e ambiental. Embora essa tarefa seja de responsabilidade de todo processo educativo, à extensão cabe, especialmente, a promoção de ações consistentes e a constante instigação para que todas as atividades acadêmicas e administrativas sejam pautadas pela promoção da solidariedade, da justiça social e da responsabilidade ambiental. A esses princípios vincula-se o conceito de *pastoralidade*, referência cara a UCB, que diz respeito à realização de uma ética do cuidado. Nesse sentido, embora essa tarefa também seja de responsabilidade de toda instituição, cabe à extensão promover reflexões e ações que busquem impregnar em todas as ações educativas valores que contribuam na construção da dignidade da vida. Por fim, o princípio estruturante da *extensionalidade* dá à Universidade o sentido e a relevância política e ética do conhecimento que acolhe, sistematiza, ensina e produz, como afirmam as *Diretrizes de Extensão*:

Esse valor perpassa, transversalmente, as atividades de ensino-aprendizagem, a acessibilidade ao conhecimento, às condições para a geração de competências científicas, profissionais e humanas, bem como a conectividade com os setores sociais, econômicos e estatais. Sinaliza este eixo a justiça social e o desenvolvimento sustentável, objetivando formar profissionais conscientes

e sintonizados com as necessidades sociais e engajados nos movimentos transformadores e libertadores da sociedade (UCB, 2009, p. 19).

Vale ressaltar que o conceito de *extensionalidade* diz respeito a um princípio que se refere aos valores éticos e políticos da Universidade e que, aliado aos demais princípios de *indissociabilidade*, *sustentabilidade* e *pastoralidade*, é referência básica que direciona as

“**Embora essa tarefa seja de responsabilidade de todo processo educativo, à extensão cabe, especialmente, a promoção de ações consistentes e a constante instigação para que todas as atividades acadêmicas e administrativas sejam pautadas pela promoção da solidariedade, da justiça social e da responsabilidade ambiental.**”

atividades acadêmicas de ensino, de pesquisa, de extensão e de educação a distância, bem como as administrativas. O conceito de extensão, tendo como base esses princípios, aponta para ações concretas, como será demonstrado a seguir.

Com base nas premissas descritas até aqui, podemos avançar na definição sistematizada do conceito de extensão elaborado pela UCB. É necessário acrescentar, além do já exposto, que a Universidade tomou como referências dois conceitos que mostram consistência sobre extensão e, devido à sua densidade e relevância histórica, vale a pena serem transcritos.

O primeiro foi elaborado pelo *Fórum de Pró-reitores das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX*, no ano de 2000:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 2000)

O segundo foi elaborado pelo *Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias – ForExt*. Levando em conta esse conceito do FORPROEX e a realidade e vocação das Universidades Comunitárias, considerou, em 2005, a extensão como:

Dimensão axiológica e operacional da Instituição Universitária e componente determinante de seu projeto institucional:

- Na relação com a sociedade, sendo uma instância que promove a integração sistêmica e dialógica entre os diversos modos de conhecimento: entre a comunidade acadêmica e sociedade em geral; e entre desejos e necessidades e demandas e as possibilidades de solução e superação dos mesmos; Parâmetro axiológico e metodológico para a formação do educando, constituindo-se num espaço e num processo de aprendizagem:

- No processo de formação integral, ela é fator determinante para a integração entre o ato educativo e a práxis social, a articulação entre compreender a realidade e responder aos seus desafios, e a integração entre o questionamento ético e o engajamento político;

Parâmetro axiológico e metodológico da Pesquisa:

- Ela se constitui em instrumento que consegue fazer a pergunta ética ao conhecimento científico, ao mesmo tempo em que pergunta pela sua relevância social;
- Ela é o momento de aplicação do conhecimento e de intercâmbio de saberes da produção do conhecimento sócio historicamente engajado (FOREXT, 2006 – Formatação adaptada pelos autores).

Assim, tendo como base o exposto anterior e sem desconsiderar esses conceitos, a UCB elaborou sua própria definição, coerente com o projeto institucional:

A extensão é uma ação acadêmica que, pela comunicação do conhecimento com metodologia apropriada, contribui com a sociedade por meio da sua função social, técnica, científica, ética e política. Por meio dessas ações, se afirma a identidade institucional e se confirma a sua finalidade educativa que se manifesta, por meio do compromisso social, enquanto implicada com projetos democrático-participativos da sociedade e sua sustentabilidade social (UCB, 2009, p. 24).

Com esse conceito, a UCB reafirma a extensão, por um lado, como um *princípio* que defende valores éticos e políticos para a universidade e para a sociedade (*extensionalidade*) e, por outro lado, como um *processo* que se operacionaliza em atividades de promoção da dignidade da vida. Em ambos está implícita a concepção de que a extensão universitária é produtora de conhecimento por meio do diálogo com a sociedade.

Como *princípio* e *processo*, o conceito de extensão da UCB está vinculado de modo direto aos processos de aprendizagem que fazem parte intrínseca do fazer universitário (SÍVERES, 2008) Vale destacar aqui que a UCB compreende que a aprendizagem é elemento central de sua proposta pedagógica e com

ela se coloca a questão política de compromisso com o futuro. Nesse sentido, como parte da *extensionalidade*, a contribuição especial da extensão é para que a comunidade acadêmica saiba dar relevância ética e política ao seu processo de aprendizagem; como parte da *indissociabilidade*, a contribuição significativa da extensão está na busca de caminhos viáveis para processos de aprendizagem que levem a socialização e a produção de conhecimentos para e com pessoas e comunidades que deles necessitem; como parte da *sustentabilidade*, a contribuição especial da extensão está no compromisso com a transformação social; no campo da *pastoralidade*, a contribuição mais significativa está na promoção de aprendizagens que tenham em pauta a ênfase no cuidado das pessoas e das comunidades.

PRÁTICAS QUE FAZEM DIFERENÇA PARA A APRENDIZAGEM

Os conceitos são importantes, necessários e até indispensáveis como referências teóricas que sustentem práticas. Contudo, todo conceito demanda uma prática que o operacionalize, assim como as práticas demandam conceitos que as sustentem. Assim, as *Diretrizes de Extensão* da UCB propõem um sistema de organização de atividades consideradas como de extensão, visando, por um lado, operacionalizar os conceitos elaborados e, por outro, servir de subsídios para a revisão dos próprios conceitos, processo já consagrado e denominado de práxis. Nesse sentido, tornam-se importantes as seguintes considerações:

A Universidade Católica de Brasília entende a prática extensionista como rede e como movimento. Como rede, o trabalho extensionista precisa estar presente em qualquer unidade de aprendizagem. Independente de estruturas organizacionais de gestão da extensão, ela deve ocorrer em todas as atividades da universidade por iniciativa de docentes, discentes e demais colaboradores que se mobilizam e se organizam [...]. Como movimento, a extensão na Universidade precisa estar em sintonia com as necessidades sociais e educacionais que surgem e com as demandas que a universidade, em sua missão, pretende propor para a comunidade universitária e para a sociedade (UCB, 2009, p. 29).

Sob essa perspectiva, as práticas de extensão seguem quatro eixos que as sustentam. O primeiro deles diz respeito ao fato de que a extensão deve acontecer em cada uma das *unidades de aprendizagens* da universidade, ou seja, em todas as atividades acadêmicas que são realizadas, tais como a sala de

“
Como parte da extensionalidade, a contribuição especial da extensão é para que a comunidade acadêmica saiba dar relevância ética e política ao seu processo de aprendizagem.
”

aula, os laboratórios, os trabalhos de conclusão de curso, os estágios, as pesquisas etc. Isso significa uma vinculação intrínseca de cada atividade acadêmica com a *indissociabilidade*, em que a *extensionalidade* dará o seu valor ético e político. Significa, além disto, que *é o mesmo ator, na mesma atividade*, que promove a *indissociabilidade* e a *extensionalidade*. O segundo se refere às práticas de extensão que são realizadas nos *cursos e programas*, visando ampliar o que é realizado nas unidades de aprendizagem por meio de ações interdisciplinares que envolvam docentes e estudantes e atendam à comunidade externa. O Projeto Pedagógico do Curso tem aqui um papel fundamental para que a extensão faça parte do processo de aprendizagem na área em que atua por meio da articulação de conhecimentos e atividades. O terceiro eixo trata das *atividades específicas de extensão*, visando caracterizá-las adequadamente. Nesse sentido, os parâmetros para a realização das atividades de extensão são assim descritos:

a) estar em sintonia com a finalidade da Universidade, ou seja, produção de conhecimento com relevância ética e política, e disponibilização (acesso) do conhecimento para quem dele precisa. Neste sentido as atividades de extensão são “meio” e não

“fim”. Isso é o que caracteriza a Universidade (produção e socialização do conhecimento). Ensino, Pesquisa e Extensão são meios que oferecem potencial para a Universidade alcançar sua finalidade;

b) ter, necessariamente, a presença de estudantes como aprendizes de processos de intervenção social e construção de teorias;

c) produzir conhecimento em sua prática ou um conhecimento que resulta dela, ou um conhecimento sobre os processos que a envolvem;

d) apoiar grupos e comunidades envolvidos para que possam ter subsídios para realizarem sua autoanálise e, conseqüentemente, sua autogestão (UCB, 2009, p. 31).

Nesse processo de organização das atividades, o quarto eixo diz respeito a *Pró-reitoria de Extensão*, que desempenha o papel fundamental de fazer a gestão da extensão em toda a Universidade, o que significa tanto a gestão direta de programas e projetos de extensão, como o apoio e acompanhamento de atividades de extensão que ocorrem nas unidades de aprendizagem e nos cursos e programas de graduação e de pós-graduação. Nesse sentido, cabe à PROEX “[...] ser apoio, assessoramento, memória e motivação; proporcionar formação extensionista para docentes, discentes e funcionários administrativos; fazer articulação interna e externa da instituição quanto aos assuntos de extensão e fazer a gestão de diversas ações extensionista” (UCB, 2009, p. 32).

Visando operacionalizar melhor as práticas de extensão, fundamentadas nos conceitos elaborados, a Universidade produziu o documento denominado como *Categorização das Práticas de Extensão na UCB*. Nele constam cinco categorias que definem e organizam as práticas por meio de conceito, foco, responsabilidade de gestão, financiamento e atuação da PROEX, a saber: 1) *Extensão como intrínseca ao Princípio Pedagógico da Indissociabilidade*, em que a extensão é compreendida como *extensionalidade*, ou seja, como contextualização e valor ético-político do conhecimento presente em todos os processos de aprendizagem; a responsabilidade de gestão cabe a todos os atores envolvidos em todas as unidades acadêmicas; 2) *Extensão como ação decorrente de*

atividades acadêmicas curriculares, em que a extensão é compreendida como *ações acadêmicas realizadas a partir das disciplinas curriculares*, com foco na produção de conhecimentos, nos processos de aprendizagem e em práticas de compromisso social; a responsabilidade de gestão cabe aos cursos de graduação, pós-graduação e núcleos; 3) *Extensão como Ação Comunitária*, em que a extensão é compreendida como a realização de *projetos acadêmicos junto à comunidade externa*, com ênfase nos processos de inovação, desenvolvimento sustentável e justiça social; a responsabilidade de gestão fica a cargo dos cursos de graduação e de pós-graduação e da PROEX; 4) *Extensão como Prestação de Serviços*, em que a extensão é considerada como *atividades oferta de bens e de serviços* pela Universidade para a sociedade; a responsabilidade desta categoria é das Pró-reitorias; 5) *Extensão como Serviços Institucionais*, em que a extensão diz respeito às *ações de cuidado da comunidade interna*, fundamentadas no conceito de pastoralidade e na missão da UCB, comprometidas com o desenvolvimento sustentável e a justiça social no ambiente de trabalho; à PROEX cabe a responsabilidade de gestão dessa categoria.

Essas práticas são viabilizadas em processos de gestão, coordenados pela Pró-Reitoria de Extensão, e sua formatação se dá por meio de organograma específico que responde às expectativas institucionais e às necessidades sociais.

CONCLUSÃO

A construção conceitual da extensão na Universidade Católica de Brasília é intrínseca ao seu projeto institucional e tem sido elaborada de forma dialógica e coletiva pela comunidade com o objetivo de caracterizar a extensão como um processo educativo, como uma ação acadêmica e como um projeto sócio-comunitário. Trata-se, como dizem as *Diretrizes de Extensão*, de um *princípio* e de um *processo* em que há uma pronúncia forte que “[...] deseja ecoar uma proposta de extensionalidade, considerada como princípio institucional; um processo de extensão, compreendido como uma dinâmica indissociável; e uma proposta de gestão, a ser implementada pela Pró-reitoria de Extensão” (UCB, 2009, p. 5).

Entre os elementos motivadores dessa construção conceitual, destacam-se as noções de *rede* e de *movimento*. São duas dinâmicas de um processo sinérgico que, por um lado, fortaleceu a *rede* com todas as instâncias institucionais e educacionais e, por outro, desencadeou um *movimento* que acompanhou a evolução histórica da extensão na UCB e no país; por um lado, definiu uma rede entre os marcos situacional, teórico, pedagógico e operacional e, por outro, um movimento de compreensão e ressignificação do próprio conceito de extensão; por um lado integrou-se à *rede* dos eixos estruturantes: *indissociabilidade, pastoralidade, extensionalidade e sustentabilidade* e, por outro, ao movimento de fazer da extensão um processo educativo de aprendizagem; por um lado participou da *rede* de Fóruns de Extensão e, por outro, de um *movimento* para caracterizar a extensão como compromisso social. Assim, a *rede* e o *movimento* são duas dinâmicas inerentes aos conceitos, aos princípios e aos processos da extensão universitária para vivenciar a missão da UCB, atuando de forma comprometida com a qualidade e os valores éticos e cristãos, na busca da verdade.

Destaca-se, ainda, que todo esse processo enfatiza a necessidade de que a extensão, como parte da *indissociabilidade*, anuncia que são todos os atores envolvidos no processo educativo que têm a responsabilidade de realizar, em todas as atividades acadêmicas que participam, a *extensionalidade* como princípio pedagógico inerente ao fazer e ao pensar. *É o mesmo ator, na mesma atividade, que confere estatuto teórico e prático aos princípios de ensino, pesquisa e extensão*. Nesse sentido, cabe a cada protagonista do processo educativo inserir o conceito de extensão, compreendida aqui como *extensionalidade*, em todas as suas ações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2001.

BRASIL, LDB. Lei 9.394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 1 mar. 2009.

DELORS, Jacques et al. Educação: um tesouro a descobrir.

Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. UNESCO, MEC. São Paulo: Cortez, 1999.

FARIA, Dóris Santos (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FOREXT. **A extensão e a ação comunitária**: contribuição das universidades e IES comunitárias para um Plano Nacional de Extensão. Disponível em: <<http://www.uniso.br/forext/docs/cartas/Recife-2001.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

FORPROEXT. **Plano Nacional de Extensão**, 2000. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: da concepção à regulamentação. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

SAMPAIO, Jorge Hamilton; MACHADO, Liliane. Editorial. **Revista Dialogos**, v. 10. Brasília: Universidade Católica de Brasília, dezembro de 2008.

SÍVERES, Luiz. A extensão como um princípio de aprendizagem. **Revista Dialogos**, v. 10, Brasília: Universidade Católica de Brasília, dezembro de 2008.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA – UCB. **Diretrizes de Extensão**. Brasília, UCB, 2009.